

*Economia
Brasil*

Com o presidente, a palavra...

O sr. Raymond Barre foi certamente um dos mais odiados primeiros-ministros que a França até hoje já teve: pregava a austeridade, queria recuperar a credibilidade. Hoje, ele encabeça a lista dos candidatos à Presidência da República, porque a opinião pública de seu país reconheceu o acerto de sua conduta e a justeza das soluções por ele propostas. Dizer a verdade com franqueza e desassombro rende juros. Nossa governo deveria meditar sobre esse exemplo, nesta hora decisiva para o futuro do Brasil. Não basta apregoar os resultados positivos obtidos no passado recente, mas o que importa é indicar claramente a política que se pretende seguir a fim de consolidar esses frágeis resultados. O presidente José Sarney precisa tomar consciência de que reina grande expectativa em torno do discurso que pronunciará no início da próxima semana. O País não mais suporta o clima de incerteza e de indefinição em que está vivendo.

O governo começa a falar alto e grosso com o FMI. Sem dúvida, a teatralidade estatal pode integrar-se na vida política, mas nosso governo precisa tomar cuidado para não se converter em aprendiz de feiticeiro. Quando o ministro da Fazenda afirma, falando aos governadores, que, "ainda que não existisse o FMI, seria objetivo do governo reduzir a inflação, sanear as finanças públicas, restabelecer o equilíbrio do setor externo e recuperar a credibilidade internacional do País", espera-se que se traduza em fatos o que, até agora, tem permanecido no plano das boas intenções. Não cremos que os credores estrangeiros fiquem escandalizados com a linguagem demagógica que nosso governo emprega quando fala na renegociação da dívida externa, mas

estamos certos de que ficarão irritados ao verificar que nada está sendo feito no sentido de executar uma política saneadora. Tal saneamento não se destina a agradar ao FMI, mas, sim, a salvar o Brasil da ruína, da miséria.

Dirigindo-se aos governadores, o ministro Francisco Dornelles resolveu falar do passado, ou melhor, destes três meses do governo da Nova República, período em que se colheram alguns resultados positivos, que todos sabem, entretanto, ser muito frágeis. Aliás, todos estão sabendo que, já neste mês de julho, os resultados referentes ao controle monetário (reflexo do déficit do setor público...) são ruins e há sério risco de esfumarem-se, em poucos meses, os resultados obtidos no tocante à inflação, à contenção da base monetária e ao crescimento econômico de março a junho. Aliás, se se lê atentamente o discurso do ministro da Fazenda, percebe-se que ele não se ilude quanto aos valores realmente positivos que apresentou.

A taxa mensal da inflação foi baixada de 12,7%, em março, para 7,8%, em junho. Não se pode ignorar, porém, que esse resultado se deve, principalmente, ao controle dos preços e, em parte, ao congelamento das tarifas e dos preços administrados. De nossa parte, nunca tivemos ilusões quanto à eficácia de tais medidas, mas não deixamos de reconhecer, com o governo, que eram necessárias, para que se provocasse uma reversão de expectativa quanto à inflação futura. Observamos, todavia, que até agora só foram atacados os efeitos da inflação, mas não suas causas, de tal modo que o peso está recaindo sobre o setor privado, obrigado a suportar todo o ônus que o controle artificial dos preços representa. O ministro da

Fazenda lançou, indiretamente, uma advertência: "O disciplinamento da política de preços não poderia atingir apenas o setor privado. Os preços das empresas estatais foram submetidos às mesmas regras, assim como as tarifas dos serviços públicos. Se os preços públicos tivessem sido reajustados com base em taxas de inflação passadas, teríamos projetado para o futuro essas mesmas taxas, superiores a 11%, que se verificaram no primeiro trimestre". Ora, estamos notando que há uma forte corrente, no seio do governo, a pleitear a recomposição das tarifas, isto é, um reajuste que compense (para o setor público, não para o setor privado...) o anterior congelamento.

A redução — bem pouco significativa, aliás — da taxa de crescimento da base monetária foi possível graças à colocação líquida de títulos da dívida pública (que contribuiu para a elevação das taxas de juros), bem como ao aumento da carga tributária. Na realidade, o déficit não foi reduzido. O ministro advertiu, em seu discurso: "Em que pese, contudo, tais medidas, as finanças públicas devem ser administradas em quadro de grande austeridade, pois qualquer descontrole na política fiscal, que exigisse o retorno a emissões maciças de moeda, anularia todos os esforços realizados e os ganhos até então obtidos, principalmente no combate à inflação".

O ministro da Fazenda fez advertências: não deu a resposta. Esta será dada pelo presidente José Sarney, em seu discurso da próxima semana. Se ele não optar por uma política clara, não conseguirá o apoio dos credores estrangeiros e levará o País a um *impasse*, que irá exigir medidas muito mais drásticas para salvar a democracia.